



## ENTREVISTA COM MIGUEL HENRIQUE RUSSO POR ÂNGELA MARIA MARTINS.



Professor Doutor Miguel Henrique Russo, Bacharel e Licenciado em Química pela Universidade de Mogi das Cruzes (1969), Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio (1977), Especialista em Avaliação pela Universidade de Brasília - UNB (1999), Mestrado em Educação - área de Administração e Supervisão Educacional - pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1987) e Doutorado em Educação - área de Administração Escolar - pela Universidade de São Paulo - USP (1995). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas e Unidades Educativas, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, gestão escolar democrática, autonomia, projeto político-pedagógico e teoria e prática escolar gestonária.

**Revista @mbienteeducação:** A eleição de diretores pode ser vista como um processo de ampliação da gestão escolar ou como um processo de aprofundamento de negociações de interesses entre pares?

**Miguel Henrique Russo:** Creio não haver hoje, no plano teórico, questionamentos sobre a importância e necessidade de democratização do processo pedagógico escolar. Apesar desse consenso no plano das ideias, a democratização da escola é, ainda, um desafio prático que encontra obstáculos de várias ordens. Um deles é a forma de exercício do poder na escola. Qualquer que seja a forma de provimento da função/cargo de diretor, na escola pública, seus ocupantes tendem a assumir o papel de representante dos interesses do Estado, transformando-se, assim, em prepostos daquele na escola. Uma forma de alterar essa relação e dependência do diretor com o aparelho burocrático do Estado e, assim, garantir que ele passe a priorizar os interesses dos usuários da escola e a valorizar a participação da comunidade no processo de tomada de decisões, - é estabelecer uma forma de provimento da função/cargo para a qual ele seja escolhido pela comunidade escolar, pelo processo

eleitoral. A eleição do diretor de escola não é uma panaceia, é apenas um dos fatores que poderão contribuir para a democratização da educação e da escola, na medida em que ele tem maior probabilidade de ser propulsor desta. É, assim, tanto uma ampliação do campo e da ação da gestão escolar quanto um processo que levará, necessariamente, a uma maior negociação entre os segmentos internos interessados na democratização da escola.

**Revista @mbienteeducação:** Quais mecanismos são imprescindíveis para uma gestão escolar participativa que inclua a comunidade?

**Miguel Henrique Russo:** Com o estabelecimento do princípio da gestão democrática do ensino público, tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, muito se avançou na incorporação de mecanismos de participação na escola. Muitas redes escolares públicas têm, hoje, conselhos escolares de caráter deliberativo, associações que congregam pais e professores, e grêmios estudantis. Assim, os mecanismos de participação da comunidade existem, na maioria das



escolas públicas, ainda que nem sempre sejam ativos e atuantes, seja em face das dificuldades impostas pelo funcionamento autônomo e pelo isolamento da escola em relação à comunidade, seja por conta das dificuldades que as camadas trabalhadoras e populares, usuárias majoritárias da escola pública, têm para essa participação.

Creio que não se superarão essas dificuldades restritivas à participação da comunidade na escola sem uma luta dos segmentos interessados na sua democratização. É absolutamente difícil entender esse quadro, com o qual, no discurso, estamos todos concordes, mas que na prática cotidiana não somos capazes de implementá-lo.

